

Sumário

Apresentação à 8ª edição — Quase vinte anos se passaram.....	13
Prefácio — Evaldo Vieira	19
Agradecimentos	21
Introdução	25

Capítulo I

A categoria de mediação na dialética de Marx

1. A atualidade da dialética	38
2. Hegel e a dialética	50
2.1 A razão no método e na história	51
2.2 O núcleo racional revolucionário	57
2.3 A mediação	64
3. A dialética em Marx e o papel da categoria de mediação.....	67
3.1 Contextualização do método na ontologia do ser social de Marx	68
3.2 A dialética materialista	74

3.2.1	As categorias e a história	77
3.2.2	O método	79
3.2.2.1	A totalidade	80
3.2.2.2	A negatividade	84
3.2.2.3	A legalidade do ser social	86
4.	A categoria de mediação	87
4.1	A mediação como categoria ontológica	87
4.1.1	Mediação e filosofia	88
4.1.2	Mediação e trabalho	90
4.2	A mediação como categoria reflexiva e ontológica	92
4.2.1	Mediação e totalidade	92
4.2.2	Mediação e particularidade.....	95

Capítulo II

A categoria de mediação na literatura do Serviço Social da pós-reconceituação

1.	Cenário da emergência da categoria de mediação no discurso profissional	103
2.	Balanco crítico do uso da categoria de mediação no Serviço Social pós-reconceituado	112
2.1	Vicente de Paula Faleiros	112
2.2	Aldaíza Sposati	124
2.3	José Paulo Netto	133
2.4	Nobuco Kameyama	144
2.5	Raimunda Nonato da Cruz Oliveira Lemos	152
2.6	Odária Battini	159

Capítulo III

Reflexões sobre a contribuição teórica da
mediação para a intervenção do Serviço Social

1. A mediação: categoria reflexiva central do Serviço Social	172
1.1 A face teórica da mediação no Serviço Social	173
1.1.1 A mediação como categoria histórica para o Serviço Social	177
1.2 A mediação como categoria reflexiva (teórica) do Serviço Social	181
2. A mediação como categoria central da intervenção profissional	186
2.1 As mediações no espaço institucional	197
Conclusões	203
Referências	207
Sobre o Autor.....	215

Apresentação à 8ª edição

Quase vinte anos se passaram...

No 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado em Salvador em julho de 1995, *Mediação e Serviço Social — um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social* veio a público sob os auspícios da Cortez Editora em coedição com a Universidade da Amazônia. Resultado dos quatro anos de mestrado na PUC-SP (1989-1992), sob a lúcida orientação de José Paulo Netto, quem foi determinante para a construção da obra, por quem tenho reconhecimento, admiração e gratidão. A participação de Evaldo Vieira (USP) tanto na banca quanto no prefácio, me honrou, e aqui registro minha gratidão ilimitada.

Lembro-me com alegria que o meu querido e saudoso amigo Mario da Costa Barbosa — a quem devo o decisivo estímulo para tentar o mestrado — no ano 1988 instigou-me a estudar o tema do relacionamento como instrumento do Serviço Social, buscando superar a abordagem do Serviço Social tradicional, ancorado na perspectiva crítico-dialética. Naquela ocasião Mario já utilizava a categoria de

mediação para falar da prática profissional do assistente social, e sobre isso muitas vezes conversamos. Neste mesmo ano ingressei no mestrado em Serviço Social da PUC-SP. No ano seguinte iniciei o processo de orientação com Zé Paulo, que me fez ver a lacuna que existia na literatura profissional sobre a categoria de mediação, no âmbito do método, e da necessidade de empreender a investigação teórico-histórica sobre o tema e correlacioná-lo com a profissão.

Devo lembrar que ter participado do grupo de pesquisa “Relação teoria-prática” dirigido por Myriam Veras Baptista, que também contava com a participação de um grupo tão sério quanto criativo, contribuiu muito para meu aprendizado e me estimulou na pesquisa que levou à construção do livro.

Passaram-se quase vinte anos, e nesse período sete edições e mais quatro reimpressões foram lançadas. Merece comemoração a maioria da obra, mas, por ser apenas um *estudo preliminar*, merece também uma necessária revisão (linguística, de estilo e normas técnicas) e ainda necessita repensar algumas análises e conclusões. Relendo cuidadosamente o texto pude reescrever partes obscuras; suavizar afirmações excessivamente fortes; atualizar algum aspecto da abordagem (sem pretensão de refazer a pesquisa com novos sujeitos que emergiram); suprimir repetições e limar asperezas do texto. Também acrescentei alguns quadros e esquemas, que ao longo do tempo, na busca de tornar menos hermética a abordagem filosófica contida no texto, fui construindo em cursos, palestras e artigos. Foi o que se agregou nessa nova edição, sempre no estilo dialético da incompletude e da provisoriedade.

Ao longo destes anos tive oportunidade de receber de muitos autores, alunos (de graduação e pós-graduação), assistentes sociais, pesquisadores, professores e profissionais de outras áreas muitas críticas positivas, dizendo da importância que o esclarecimento teórico e prático sobre o tema trouxe, e críticas negativas às lacunas teóricas e imprecisões analíticas. Agradeço a ambas, pois muito me fizeram refletir sobre o que escrevi. Essas críticas, especialmente as favoráveis, foram e são um estímulo a que continuasse a manter

seriedade no ofício da docência e da pesquisa, numa palavra, um combustível a impulsionar as utopias que me dirigem na construção de um mundo igualitário e justo.

As críticas negativas tiveram o fundamental papel de revelar que a importância e contribuição trazidas pelo elogio não elidiam o limite de esse estudo ser apenas uma *aproximação preliminar* ao tema, que muitas outras pesquisas viriam para ampliar e superar seus limites.

Preciso lembrar aos leitores que época foi aquela em que se publicou a obra, seus significados e apropriações, e que frutos nesse caminho foram colhidos, e que agora volto a por a disposição da crítica e do compartilhamento.

Na abertura dos anos 1990 vivíamos um momento de importantes mudanças no país: fim do ciclo da ditadura militar; institucionalização das mudanças e conquistas democráticas e, em particular, no campo dos direitos sociais; início da onda neoliberal no país impulsionada pela eleição de Collor de Mello. Enfim, um ambiente de crise estrutural na ordem mundial e transição econômico-política no país.

No Serviço Social vivíamos um momento de importantes debates e consolidação de conquistas históricas. As publicações dos livros de José Paulo Netto (1991 e 1992); de Martinelli (1991), Yazbek (1993), Semionatto (1995) e Guerra (1995), entre outros, davam o tom da necessidade de aprofundar o debate teórico no campo das teorias sociais, em particular a ultrapassagem do marxismo vulgar que animou o Movimento de Reconceituação, e do debate das novas determinações da política social que emergia das transformações em curso na reforma/contrarreforma do Estado sob Collor e FHC (Behring, 1998; Pontes, 2013).

Tornava-se clara a influência de Lukács e Gramsci, marcando uma nova etapa da produção acadêmica da profissão. Os eventos mais importantes da categoria (ENPESS e CBAS) traduziam uma demanda por superações. Uma análise mais consistente profunda e contemporânea era exigida. O mundo mudava e exigia melhores instrumentos analíticos.

O movimento capitaneado pela ABESS na segunda metade da década de 1990, revisando o currículo mínimo do curso de Serviço Social, vigente desde 1982, que culminou com a aprovação pela categoria das novas Diretrizes Curriculares em 1996, em Assembleia Geral da entidade, e depois aprovado com limitações pelo MEC/SESU em 2002. Sem esquecer (é claro) que em 1993 temos a aprovação do Código de Ética e da Lei de regulamentação da profissão, vigentes até os presentes dias, como expressões do amadurecimento do chamado projeto ético-político profissional. São também desse período as importantes legislações sociais como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Saúde (1991), A Lei Orgânica da Assistência Social (1993), entre outras. Nessa década estive bastante envolvido com esse movimento dentro e fora do Serviço Social, chegando em 1998 à presidência da ABESS. Atribuo esse envolvimento em grande parte à publicação de *Mediação e Serviço Social*.

Registro nesse período fecundo diálogo (mesmo que muitas vezes a distância) com Yolanda Guerra no campo teórico e prático profissional que deu lugar a estudos mais aprofundados no campo da compreensão da natureza e da dimensão técnico-instrumental da profissão. Lucia Freire (2001) dialoga com nossas produções em pesquisa sobre a tendência marxista no trabalho do assistente social. A autora portuguesa Almeida (2001) dialoga com meu texto em sua tese de doutorado *Conception et pratiques de la médiation sociale*, apontando-a como uma construção a ser considerada. A publicação em língua espanhola do texto *Mediación: categoría fundamental para el trabajo del asistente social*, no livro organizado por Elizabete Borgianni, Yolanda Guerra e Carlos Montaña, *Servicio Social crítico*, em 2003, ampliou o debate para interessados de países de língua espanhola. Isso mostra que o tema da dialética e da mediação, em particular, segue vivo e interessando a muitas áreas, além do Serviço Social.

Mais recentemente, Marilene Coelho (2013) publica pela Lumen *Juris Imediaticidade na prática profissional do assistente social* e faz caminho analítico sob clara inspiração lukacsiana, aprofundando a categoria de imediaticidade e dialogando com a análise feita sobre a

mediação para a profissão. Mostrando a atualidade deste debate na profissão e nas ciências sociais.

As pesquisas a que me tenho dedicado nos últimos três anos na UFPA têm focado uma avaliação dos impactos das novas Diretrizes Curriculares (1996/ABEPSS; 2002 MEC/SESU) na formação e prática profissional dos assistentes sociais. E como parece óbvio, me interessei em saber se depois de vinte anos a formação profissional e a intervenção refletem o avanço pós-reconceituado do amadurecimento teórico-metodológico registrado no plano da produção científica da profissão, em particular na apreensão do método crítico dialético marxiano. Com uma pesquisa concluída e outra em andamento sob os auspícios do CNPq, verifico, nos dados coletados junto a profissionais formados sob as novas diretrizes, a presença da predominante declaração da opção teórico-metodológica pelo “materialismo histórico”: uns, pela concepção “crítico-dialética”; em outros, mas, raramente, essas declarações vêm acompanhadas de conceituações, categorias e análises que revelem um domínio da complexidade teórica sobre a dialética e em particular sobre a mediação como categoria insuprimível da superação do marxismo vulgar.

No lugar dessa apreensão reveladora de suficiência teórica, tenho encontrado a predominância de um discurso político declaratório de compromisso com a “garantia de direitos sociais”. O que muitas vezes revela a “demanda institucional” necessitando ser ultrapassada e ampliada.

Sobre a categoria de mediação, verifico dificuldades de compreensão na maioria; em alguns, um total desconhecimento. São poucos os sujeitos entrevistados que foram capazes de conceituar e analisar com fidelidade no método e na apreensão da categoria de mediação. O que efetivamente em mim causou certa frustração, especialmente no tema da mediação na profissão.

No entanto, buscando uma percepção dialética do achado nas pesquisas, podemos verificar que a força dominante do *modo de pensar capitalista* e da influência positivista não se supera apenas no campo das representações, mas, principal e concomitantemente, nas

práticas sociais, na construção de uma práxis revolucionária. Vivemos tempos difíceis de superficialidade e heterogeneidade. A ideologia consumista e individualista campeia, dificultando a possibilidade de construção de uma perspectiva crítica de pensar a realidade. Logo, não é tarefa para o curto prazo e exige muito esforço e coesão.

Concluindo, tais realidades são uma evidência de que não é fortuito que *Mediação e Serviço Social* siga sendo editado e considerado parte da literatura contemporânea da profissão.

Espero que daqui mais vinte anos possamos contar com uma expansão quantitativa e qualitativa da literatura teórico-metodológica da profissão, e que sua assimilação pela nossa categoria profissional possa se revelar mais densa e extensa, favorecendo o crescente avanço em direção a nossa imortal utopia da construção de uma sociedade que seja um lugar em que os valores de liberdade, igualdade, justiça social e democracia sejam estruturantes e permanentes.

Reinaldo Nobre Pontes

Belém, outubro (mormaço) de 2014

Prefácio

Uma das vivências intelectuais de maior significado para mim tem sido acompanhar e participar dos estudos teóricos no Serviço Social, envolvendo-me desde os anos 1970 em seus debates e descobrindo quase a cada momento, às vezes com surpresa, o elevado nível de análise aí alcançado.

Para quem circula e atua no campo das Ciências Sociais, principalmente das Ciências Sociais Aplicadas, é possível afirmar que o Serviço Social dispõe de exemplos marcantes de complexidade analítica, de preocupação com o rigor metodológico e sobretudo de requintada capacidade investigativa. Talvez esta observação não signifique mais do que uma obviedade para os Assistentes Sociais, e o leitor poderá questionar-me sob a alegação de que aí está mais uma obviedade, dentre as infinitas obviedades existentes neste mundo.

Justifico-me: estes atributos não são tão comuns assim, a distribuição deles se acha como a distribuição da renda do Brasil: exageradamente desigual em qualquer de seus ângulos. Há no Serviço Social a convicção vigorosa, e cada vez mais dominante, de exaltar tais atributos, buscando-os nas pesquisas, nos debates e nas práticas, com a insatisfação necessária ao trabalho intelectual.

É o caso do livro de Reinaldo Nobre Pontes, *Mediação e Serviço Social*, que bem evidencia esta linha de pensamento fundada na crítica da crítica. Não desejo retirar do leitor o prazer de lê-lo e

muito menos de identificar no livro as suas concordâncias e as suas discordâncias.

O escrito de Reinaldo Nobre Pontes concentra-se no tema “mediação”, relacionado à dialética marxista, especialmente dentro da tradição lukacsiana. A mediação aparece na obra como categoria metodológica, não apenas com a capacidade de apreender o real, mas de modo particular com a capacidade de transformá-lo, revelando as infundáveis relações presentes no movimento contraditório da história.

O estudo compõe-se de capítulos bem articulados, em muitas passagens representando reflexões cativantes sobre textos, depoimentos e obras. Chamo a atenção para a bibliografia bastante especializada, adequadamente distribuída no livro, sem excessos, e ainda para o equilibrado relacionamento entre a exposição teórica e o exame dos textos, dos depoimentos e demais publicações.

Reinaldo Nobre Pontes esclarece teórica e até didaticamente a mediação, põe a descoberto os jargões tão ao gosto da academia, dentre eles a própria mediação, repelindo a discurso vazio e a análise descabida e ligeira. Mesmo assim, o Autor não aplica e nem poderia aplicar todo o conjunto teórico exposto ao longo de seu estudo. Deste conjunto teórico, em que sobressaem os fundamentos conceituais do marxismo, são empolgantes as considerações analíticas relacionadas com G. W. F. Hegel.

De tudo quanto se apresenta na obra de Reinaldo Nobre Pontes, *Mediação e Serviço Social*, provavelmente valha a pena indagar se as incorreções no trato da mediação não decorrem da ausência de efetiva análise genética, em geral substituída por algo semelhante ao estudo comparativo ou por algum impulso incontido de empirismo.

É inegável que uma obra desta natureza contribui de fato para as investigações no Serviço Social, contribuindo assim para tornar muito mais complicada a pesquisa de suas práticas e muito mais esmeradas as suas discussões.

Evaldo Vieira
Maio de 1995

Agradecimentos

O texto que ora se apresenta ao público foi produzido originalmente como dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, sob a orientação do Prof. Dr. José Paulo Netto, e que agora é publicado sem modificações substantivas.

Este livro propõe-se a contribuir com o estudo de uma categoria teórico-metodológica da dialética marxiana — a categoria de mediação — no enquadramento histórico do Serviço Social pós-reconceituado.

Os Professores Doutores Miriam Veras Baptista e Evaldo Amaro Vieira, além do meu orientador, compuseram a banca examinadora, aos quais agradeço as oportunas observações, críticas e generosas avaliações, quando de suas arguições, o que contribuiu decisivamente para a motivação da presente publicação.

No processo de construção deste trabalho, fiz-me tributário de um incontável número de companheiros, mestres e amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito desta empreitada. Não posso deixar de agradecer ao Prof. Dr. José Paulo Netto, que, mais que orientador, foi um amigo nesta caminhada intelectual; aprendi com sua erudição, sagacidade e seriedade os preciosos compromissos do trabalho intelectual.

Aos Professores do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP, em especial às Professoras Doutoras Miriam Veras Baptista, Maria Lúcia Carvalho, Maria Lúcia Martinelli, Úrsula M. S. Karsch, Dilsea Bonetti e Nobuco Kameyama pelas oportunas contribuições, cada qual a seu modo, minha gratidão.

Aos autores e intelectuais do Serviço Social Vicente de Paula Faleiros, José Paulo Netto, Nobuco Kameyama, Odária Battini, Raimunda Nonato da Cruz Oliveira Lemos e Aldaíza Sposati, minha gratidão por terem gentilmente concedido entrevistas, que contribuíram decisivamente para a recuperação histórica e teórica da apreensão da categoria de mediação no Serviço Social.

Nesta trajetória, recebi ainda contribuições de várias instâncias acadêmicas, das quais cito especialmente o Grupo de Estudos sobre a Relação Teoria-Prática, coordenado pela Professora Doutora Miriam Veras Baptista e integrada por mestrandos e doutorandos da PUC-SP, que me proporcionaram fecundas ilações acerca do tema eixo deste livro, razão pela qual aproveito para registrar meus sinceros agradecimentos para todo o grupo.

Aos colegas do Departamento de Serviço Social da Universidade da Amazônia, em especial aos Professores Luiz Gonzaga de Souza Terra e Andréa Pontes, meu especial agradecimento pelas felizes observações na leitura dos originais, além da professora Graça Salim, pela preciosa revisão de língua portuguesa.

Aos meus alunos desde o CESEP até a UNAMA, sem esquecer os da UNITAU, meu tributo de gratidão e apreço pelas reflexões destes anos.

Finalmente à UNAMA e à Cortez Editora, um agradecimento final pela empreitada da 1ª edição.

Reinaldo Nobre Pontes

Belém, outubro de 1994

Agradecimento especial

A Demóstenes Jesus de Lima Pontes, meu pai, pela cuidadosa revisão procedida para a 2ª edição, com que foram expungidos alguns senões observados na 1ª edição.

Reinaldo Nobre Pontes

Belém, abril de 1997

Introdução

Os debates travados nos fóruns da categoria profissional do Serviço Social desde a década de 1990 denotam que a questão da mediação vem suscitando um crescente interesse de estudos e polêmicas, tanto pela sua frequente aparição de livros, artigos e teses, quanto pelos enigmas e dúvidas despertados em professores, alunos e profissionais sintonizados com a produção acadêmica.

Estas observações alimentaram-se, principalmente, com os comentários de alguns desses interlocutores a propósito do meu artigo publicado na revista *Serviço Social & Sociedade* (Pontes, 1990) sobre a temática. A partir desta publicação, puderam-se perceber a necessidade de aprofundamento da questão na discussão intraprofissional e a falta de uma melhor qualificação teórica do tema, tendo em vista as raras e pouco profundas abordagens da categoria de mediação nas publicações de Serviço Social.

A análise teórico-metodológica no âmbito do Serviço Social continua sendo uma abordagem necessária, inacabada, por isso, atual.

É ainda muito recente o processo de amadurecimento científico e teórico-metodológico no Serviço Social. Foi somente após o movimento de reconceituação, que começou a pluralização das abordagens teórico-profissionais, em contraposição ao Serviço Social tradicional¹

1. No caso brasileiro considera-se o Serviço Social tradicional aquele que resultou da fusão da influência neotomista (da origem do Serviço Social no Brasil, mais especificamente em São

tipificado pela abordagem numa única perspectiva, ancorada no funcionalismo.

Inegavelmente, esta área temática tem sido objeto de inúmeras e recentes produções provenientes de teses, dissertações, encontros científicos e congêneres, sem que se tenha registrado a solução da questão, muito embora se possa considerar que esta questão já atingiu um patamar mínimo de sistematização.

Enfatize-se que a dificuldade em solucionar a questão não se deve à fragilidade ou incipiência dos trabalhos em torno do tema, mas a sua inerente complexidade. Por isto, pretende-se expor as razões que motivaram a pesquisa sobre a questão da mediação no processo teórico-metodológico do Serviço Social, considerando o plano reflexivo da metodologia e da produção teórica das duas últimas décadas.

O Serviço Social, entendido na sua dimensão essencial, é uma profissão interventiva, ou seja, suas ações forçosamente se colocam diante de problemas reais que demandam soluções objetivas.

Estas ações profissionais, para que se mantenham dentro do estatuto de profissionalidade, têm que conter em si o suporte de um corpo de conhecimentos científicos,² expresso na seguinte matriz:³

1 — a *teoria social* traz no seu bojo um método, um conjunto de conceitos e categorias organicamente articulados, propiciadores de um conhecimento do ser social na sua historicidade e estrutura; bem como orienta quanto às possibilidades de ações interventivas no âmbito das relações sociais na realidade;

Paulo) com o *Social Work* norte-americano, conhecido como Serviço Social de Caso, grupo e comunidade (ver Yazbek, 1980).

2. A concepção de cientificidade adotada nesta análise emerge do rigor metodológico do método dialético materialista, como fundamento epistemológico. Ressalve-se que mantenho distância do entendimento de conhecimento científico como sendo aquele que se enquadra nos padrões formais, a moda da objetividade das ciências naturais, buscando suporte na perspectiva da teoria social de Marx, em que as dimensões epistemológica e teórica não são dicotômicas.

3. Esta matriz inspirou-se na concepção do Prof. Mário da Costa Barbosa, com quem aprendi esta estrutura analítica a qual é apenas esboçada aqui com finalidade didática, assumindo os riscos do empobrecimento típico dos esquemas. Ver Barbosa, 1987.

2 — o *projeto de sociedade* constitui a utopia (Löwy, 1987) que se deseja atingir, a organização societária que se deseja construir, a direção teleológica que busca a construção de uma nova ordem social superior e que ultrapasse a sociedade capitalista. É, portanto, uma dimensão de natureza eminentemente política;

3 — o *projeto profissional* é uma particularização na profissão do *projeto de sociedade*, indissociável deste, ilumina a especificidade mesma da profissão: sua inserção socioconstitutiva; sua particularidade em face da divisão sociotécnica do trabalho; a complexa relação entre demanda institucional e demanda profissional; as perspectivas teórico-metodológicas próprias dos vários projetos profissionais particularizados no interior da profissão; as perspectivas historicamente construídas pelos profissionais no direcionamento político-institucional nas diversas áreas de intervenção no âmbito das políticas sociais, que se consubstancia em um Projeto ético-político profissional;

4 — o *instrumental técnico de intervenção* constitui o corpo de conhecimentos imediatamente ligado à dimensão técnico-operativa propriamente dita da profissão, que necessariamente vem guiado pelos componentes anteriores da *matriz*. Esta dimensão comporta o conhecimento de natureza basicamente interventiva, ou seja, o instrumental técnico de que se vale o profissional para viabilizar o atendimento das demandas institucionais, além do componente técnico da ação profissional. Na relação teoria-prática em que se constitui o fazer profissional do Serviço Social, esta dimensão é a mediação *prática* da relação teoria-prática, que se sintetiza na *práxis*⁴ transformadora da realidade.

O domínio deste conjunto de conhecimento multidimensional propiciará, no plano cognitivo-operativo, condições mínimas para a ação profissional na realidade dependendo da angulação assumida pela teoria social e pelo projeto de sociedade — que são os elementos diretores do processo de conhecimento-intervenção.

4. Ver Bottomore, 1988, p. 292 ss.

Destaque-se que a origem dos conhecimentos voltados à intervenção, aqui abordados, não procedem exclusivamente da prática profissional do Serviço Social, mas, ao contrário, advêm das mais diversas formas de intervenção qualificadas de social. É a articulação destas quatro dimensões que torna factível a profissionalidade do Serviço Social, tanto no plano do reconhecimento social, quanto no das próprias autorrepresentações de seus agentes.

A ação profissional mediada por esses necessários componentes incide sobre o seu objeto de intervenção,⁵ produzindo resultados prático-imediatos junto à população atendida e até resultados mais mediatos, produto de atuações no plano normativo dos direitos sociais, das políticas sociais e, até remotamente, através do fortalecimento e potencialização dos movimentos sociais.

Mas além desses resultados da ação, existe a possibilidade de sistematização de conhecimentos que emergem do acúmulo histórico das reflexões sobre a natureza do Serviço Social, suas formas de intervenção e as conformações socioprofissionais que a sua inserção assumiu, e assume ainda, nas várias esferas das relações sociais onde atua.

Não se pode afirmar a plena materialização dessa possibilidade, mas, o que salta aos olhos, diante da produção acadêmica do Serviço Social, é que tal possibilidade ainda não alcançou sua plenitude, mas tem demonstrado avanços iniciais em termos de volume e profundidade (Battini, 1991; Bonnetti, 1992).⁶

Pode-se identificar, no percurso histórico da profissão, a construção de inúmeros quadros teóricos de referência, resultantes do processo histórico-concreto, como por exemplo: o modelo clássico de Mary Richmond; o modelo psicologista; o modelo tradicional funcionalista; a perspectiva modernizadora do estrutural-funcionalismo

5. O antigo debate sobre o objeto da profissão se apresenta definido hegemonicamente pelas Diretrizes Curriculares da ABESS (1996) focando nas refrações da “questão social”.

6. Essa realidade de há vinte anos foi infirmada pelo claro avanço da pesquisa, pós-graduação e produção científica nesse período. É incomparável o crescimento do número de cursos de mestrado, doutorado, grupos de pesquisa, revistas e eventos científicos, bem como publicações de livro e de artigos científicos.

(modelo sistêmico) inserido no estilo de pensar positivista; a perspectiva fenomenológica e a vertente de inspiração marxista.⁷

Trata-se de elaborações que foram intrinsecamente demandadas pelas próprias necessidades decorrentes da prática social, que traduzem uma busca cada vez mais intensa e diversificada por “paradigmas” e referências teóricas, capazes de clarificar e sustentar caminhos para a intervenção profissional e sua autorrepresentação. A pesquisa elaborada fará um corte, para efeito de análise, destacando, dentre os autores que estudaram a questão metodológica, aqueles que buscaram inspiração no marxismo.

O processo de renovação experimentado pela profissão nas décadas de 1970 e 1980 obedeceu aos determinantes mais gerais que matizaram a realidade brasileira naquele momento, no seu evoluir socioeconômico e político.

Obedecendo às pressões advindas do novo ordenamento do capital, do Estado e da sociedade civil, na conjuntura brasileira, que ditavam aos vários segmentos institucionais acumulação, modernização e controle, o Serviço Social foi envolvido por este novo processo de mudanças.

No plano institucional, a demanda dos serviços sofreu significativas alterações, como o aumento quantitativo dos usuários; as profundas mudanças programáticas que os governos pós-64 implantaram, com a criação de políticas e instituições sociais; o próprio mercado de trabalho dos profissionais do Serviço Social teve o mais significativo incremento da sua história (Netto, 1991). Não param aí os influxos que determinaram a toda sociedade adaptações de várias ordens, mas, estes poucos exemplos servem para sinalizar que as transformações sofridas pelo Serviço Social no plano teórico-metodológico (as quais este estudo privilegiará) não podem ser desvinculadas do processo histórico em que tiveram curso.

7. Seria impertinente a este trabalho um tratamento histórico comparativo dos diversos momentos da busca de teorização para o Serviço Social, até porque este enfoque já foi insistentemente tratado na literatura recente do Serviço Social (cf. Netto, 1991; Martinelli, 1991).

Do ponto de vista endógeno da profissão, considerando as ressalvas anteriores, o processo de renovação conhecido como *Reconceituação* foi aparentemente inaugurado por focos de insatisfação teórico-ideológica e metodológica com os quadros referenciais até então hegemônicos na profissão. Convergiram, neste processo, vetores de dissolução dos marcos teóricos vigentes, nos mais diversos planos de existência da profissão, fazendo com que nas agências formadoras, nas instâncias de organização e pesquisa do Serviço Social se erguessem novas tentativas de fundação teórica da profissão (Idem, 1991).

Nesse sentido, houve uma transformação inédita na história da profissão com a influência de dois novos eixos de pensamentos, a *fenomenologia existencial* e o *materialismo histórico e dialético*, além da continuidade do eixo positivista, na sua forma mais moderna que é o *estrutural funcionalismo*.

O ingresso destas novas vertentes na cena teórica da profissão não se processou nem de forma única nem linear (Netto, 1991, cap. 2); foi matizada por determinantes estruturais e conjunturais das demandas que aportaram na profissão, como também pela evolução do debate mais amplo sobre a “questão social” na conjuntura nacional e internacional.

Um dos eixos de debates que predominou no processo de renovação da profissão foi a tão propalada relação teoria-prática, no Serviço Social, mediada por enfoques analíticos muito diferenciados, nas respectivas vertentes filosóficas.

Esta discussão, que se estende até os nossos dias, passou por alguns momentos relevantes dentro do chamado movimento de reconceituação, os quais serão apenas esboçados a seguir, com o fito de situar-se historicamente a questão, considerando tão somente o corte feito para o presente estudo.

A primeira forma assumida pela discussão da relação teoria-prática aparece sob o prisma do *metodologismo*, no qual a busca da ruptura

com o “método tripartite”,⁸ com a construção do método único para o Serviço Social, descambou para um etapismo epistemologista (Lima Santos, 1985, p. 11-150). O epistemologismo se manifesta na concepção de que o domínio das categorias lógico-gnosiológicas do método dialético e de suas leis conduziria, quase que automaticamente, a um Serviço Social de corte transformador (cf. Netto, 1991, p. 276).

A segunda forma emerge com a crítica ao epistemologismo de naipe estruturalista, com a introdução do pensamento gramsciano e com o retorno à fonte original marxiana; sendo que estas concepções no Serviço Social aparecem com a máxima centralidade nas obras de Alba Carvalho (1986) e Marilda Yamamoto (1982), respectivamente.

Incorporou-se ao discurso profissional uma nova concepção teórica das relações sociais e, conseqüentemente, um novo arranjo analítico categorial, que inaugura para a profissão uma nova fase de amadurecimento intelectual e de maior riqueza teórico-política.

Inegavelmente, tal fato constitui para a profissão um significativo avanço, tanto na interlocução com as demais esferas das ciências sociais, quanto no chamado campo da prática profissional.

No entanto, a despeito de tais avanços, não se pode escapar à constatação dos inúmeros problemas advindos da forma como se operou a incorporação da concepção crítico dialética.

Em primeiro lugar destacar-se-á o problema de ordem teórico-metodológica, que para este projeto é central. Já é bastante conhecida a raiz problemática da incorporação do materialismo histórico e dialético, considerando o caso da América Latina em geral e do Brasil em particular (Faleiros, 1982, 1987; Netto, 1976, 1981; Junqueira, 1980; Martinelli, 1989), e dos problemas decorrentes desta apreensão, tanto no plano acadêmico quanto no da prática direta. Destacar-se-ão apenas os mais significativos para efeito de argumentação.

8. Refere-se aos chamados três métodos de Serviço Social: “social case work”, “social group work” e “community development”, importados das escolas de Serviço Social dos Estados Unidos na década de 1950 (cf. Faleiros, 1985 e Ander-Egg, 1966).

A via althusseriana, no plano metodológico e a via maoísta, no plano político-estratégico, pelas quais se deu o acesso da vanguarda do Serviço Social à nova visão teórica e política, trouxe de pronto, para dentro da teorização da profissão, outra via epistemológica norteadora do processo conhecimento-intervenção da profissão.

No plano político, esta perspectiva se processou com o transplante para o interior da profissão de um quadro analítico que buscava explicar de uma maneira genérica as relações sociais de exploração da sociedade capitalista. Da forma como ocorreu esta assimilação, a particularidade da profissão não foi apreendida e, tratando-se de uma profissão cujo impacto produzido nas relações sociais é de pouca monta, as consequências da generalização de categorias analíticas no marco de uma profissão com este perfil, levou a superestimar suas possibilidades políticas. Decorrente deste procedimento teórico-político equivocado, implantaram-se na base do Serviço Social, na sua própria autorrepresentação, tarefas cabíveis apenas a outras instâncias da sociedade, tais como partidos, sindicatos ou a movimentos sociais reivindicatórios. Em última análise, a transformação da sociedade é resultado das lutas das forças progressistas em cada tempo e de cada sociedade, como consequência da práxis humano-social da qual a ação de uma profissão como a nossa representa uma pequena parcela.

As consequências advindas deste equívoco são sensíveis até o presente, haja vista as mudanças que se processam no nível da academia e do campo da prática profissional, que obedecem a um ritmo histórico proporcional ao grau de consciência política média da categoria profissional e do nível de vanguarda que é capaz de criar. Portanto, a despeito da vanguarda dos formadores de opinião do Serviço Social já haverem desmontado teoricamente tal equívoco,⁹ sua assimilação pelo conjunto de profissionais ainda vai distante.

9. Este processo de superação do voluntarismo no Serviço Social é obra muito recente e ficou mais evidente a partir da segunda metade da década de 1980, e segue avançando até os dias presentes. Ressalte-se que, talvez maior essa luta contra o voluntarismo no interior da profissão, é contra o recrudescimento do conservadorismo (Iamamoto, 2007).

Aponto ainda um terceiro momento, na discussão da relação teoria-prática no Serviço Social, a partir das recentes discussões promovidas pela ABESS¹⁰ principalmente a partir da XXIV Convenção (1986), quando esta entidade, procurando responder à crise na formação profissional, focou questões candentes nas agências formadoras: o projeto de formação profissional; a relação teoria-método-história do Serviço Social; movimentos sociais e educação popular; ensino da metodologia; pluralismo e formação profissional. (Ver a série *Cadernos ABESS*).

Este último período, considerando que teve e ainda tem um forte impacto nas discussões acadêmicas da profissão, e não apenas por isto, mas também pelas novas diferenciações dentro da própria tendência crítico-dialética, em que se destacam polarizações de intérpretes de Marx traduzidos por José Paulo Netto, com a dimensão da ontologia do ser social, de inspiração lukacsiana; Vicente Faleiros, conjugando Gramsci e Foucault; Marilda Iamamoto, associando Marx e Gramsci; Alba Carvalho, introduzindo mais explicitamente o pensamento de Gramsci.

É fundamental destacar, no que concerne à questão do ensino e da formação profissional, que o vinco do pluralismo tem sido privilegiado neste momento como um traço que deve ser necessariamente constitutivo dos cursos de Serviço Social, garantida, evidentemente, uma distância segura do ecletismo.

Na conjuntura atual do debate acadêmico no Serviço Social, a polêmica em torno da relação teoria-prática tendencialmente está apontando na direção da superação do epistemologismo, do maniqueísmo, do ideologismo e do ecletismo.

10. Vale demarcar que a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) (hoje ABEPSS), como uma entidade voltada à discussão da formação profissional, esteve, desde sua criação, voltada para a discussão da relação teoria-prática; no entanto, pode-se dizer que esta preocupação tornou-se predominante após a publicação dos *Cadernos ABESS* (substituída pela revista *Temporalis*). Seguramente, após estas publicações, esta entidade assumiu um sensível protagonismo no debate acadêmico, marcando grande influência na colocação de “questões na ordem-do-dia”.

Tal tendência tem se evidenciado pelas temáticas de teses e dissertações, de seminários e encontros científicos, e das próprias preocupações captadas junto a docentes, discentes e profissionais de Serviço Social.¹¹

Percebe-se que o Serviço Social, em todos os níveis em que se manifesta, seja no nível da prática direta pública ou privada, seja na academia, as tendências investigativas e de preocupações predominantes se voltam para o estudo das práticas da profissão, lançando mão de todo o arsenal teórico-metodológico, buscando a ultrapassagem dialética dos equívocos e simplificações que se operaram na vertente crítico-dialética no Serviço Social.

Esta nova forma de emergência da discussão da relação teoria-prática no Serviço Social, insiste-se, não pode ser descolada da sua gênese ontológica, que são as alterações conjunturais na estrutura e forma das demandas profissionais. A complexificação crescente das estruturas institucionais, *locus* da prática profissional, é fator determinante para a compreensão do objeto de intervenção profissional.

No plano mundial, há que se considerar, por exemplo, o avanço do neoliberalismo, da globalização, da reestruturação produtiva, além dos impactos desses fenômenos provocando radicais transformações no leste europeu com a queda do socialismo real. No plano da conjuntura nacional, é indispensável considerar os impactos dos citados fenômenos globais, influenciando nas mudanças na estrutura jurídico-social, com o restabelecimento das instituições democráticas, com a clara ascensão das forças liberalizantes. São apenas alguns poucos exemplos para se situar numa dinâmica de totalidade.

11. Estas observações são decorrentes de contatos sistemáticos com docentes e pesquisadores no grupo de estudos sobre a relação teoria-prática da PUC-SP, coordenado pela Professora Doutora Miriam Veras Baptista, do qual participei ao longo de dois anos, acumulando fecundos aprendizados, além de cursos ministrados a alunos e profissionais na PUC-SP, Universidade de Taubaté, Universidade de Ponta Grossa, Universidade da Amazônia, a profissionais do Hospital das Clínicas (USP) e participações em eventos promovidos pela ABESS, CRESS-SP, entre outros.

Acompanhar esse processo analítico da profissão exige uma clareza metodológica e histórica profunda, porque implica a articulação e recuperação da rede de mediações, que movem os determinantes endógenos e exógenos da profissão no quadro das relações sociais capitalistas.

Em face da questão em tela, enfatize-se que grande parte da assimilação problemática do marxismo no Serviço Social pode ser tributada na conta do mau entendimento da sua articulação histórico-político-metodológica, porque, ora pelo epistemologismo, ora pelo ideologismo, ora pelo voluntarismo, escapou-se da melhor análise da dimensão política, histórica e profissional do Serviço Social.

Chamando a atenção, agora especificamente para o papel metodológico, sem perder de vista sua inseparabilidade da teoria, verifica-se que muitos dos descaminhos da incorporação da tradição marxista no Serviço Social, em particular referente à chamada *dimensão política* da profissão (Palma, 1986), ou a já citada superestimação das possibilidades político-profissionais, sem dúvida também resultaram do entendimento esquemático ou empobrecido de categorias do método dialético, tais como realidade-necessidades, possibilidade, superação, mediação, particularidade, entre outras. Ressalvo que este problema só pode ser apreendido na sua dimensão histórico-ontológica, porque sua simples apreensão intelectual, apesar de necessária, não é suficiente. A abordagem da discussão metodológica, de *per se*, corre sempre o risco de resvalar para o logicismo, por isso, em algumas passagens ocorrerão repetições intencionais, para evitar o aludido risco. Facilmente, poderia alongar a abordagem sobre a questão dos enviesamentos da apreensão metodológica no Serviço Social, porque copiosos são os exemplos na sua literatura (e, evidentemente, na própria prática).

Vê-se com maior gravidade não apenas o caso de categorias metodológicas em particular, mas, a deformação do desenho total do método dialético, da própria articulação lógico-ontológica das categorias analíticas. E considerando o papel da categoria de mediação tanto no plano real quanto no plano lógico, na ótica da dialética

marxiana, vê-se que sua deformação ou desconhecimento mesmo, sem dúvida também se responsabiliza pelo engessamento e esquematismo na compreensão do processo de conhecimento e intervenção da profissão.

Neste sentido é que se entende a pertinência e atualidade do estudo, em particular da categoria de mediação, evidentemente não apenas sob o prisma da discussão puramente filosófica, mas buscando efetivamente sua configuração filosófico-concreta na realidade e no método, aferindo, no processo, sua importância teórico-metodológica e prática do Serviço Social.

No primeiro capítulo, após demonstrar a atualidade da abordagem dialética, procedo a uma análise teórico-filosófica e metodológica da categoria de mediação no enquadramento da dialética; primeiramente na angulação da dialética hegeliana para posteriormente examinar a construção marxiana.

No segundo capítulo, traço um perfil sócio-histórico do cenário que propiciou a emergência da categoria de mediação no Serviço Social. Em seguida, apresento os resultados da pesquisa realizada com seis autores significativos da pós-reconceituação, fazendo um balanço crítico sobre o tratamento teórico-metodológico dado à categoria de mediação entre as décadas de 1980/1990 na literatura do Serviço Social.

No capítulo final estudo a categoria de mediação na sua dupla dimensionalidade: como categoria reflexiva e ontológica, em face da inserção do Serviço Social na sociedade. Busco demonstrar a fecundidade heurística da categoria de mediação, tanto no plano teórico-cognitivo como no interventivo do fazer profissional do assistente social. Demarco, também, a centralidade da categoria de mediação à reconstrução do objeto de intervenção profissional — condição fundamental para qualquer construção de uma prática profissional crítica. Finalizo esse capítulo com a apresentação da apropriação da categoria de mediação no trabalho do assistente social, através de um caso real.